

# **CENÁRIOS E PERSPECTIVAS AOS ESTUDOS DA POPULAÇÃO EM SUA INTERFACE COM O MUNDO DO TRABALHO GLOBALIZADO E O TERRITÓRIO**

## **SCENARIOS AND PROSPECTS FOR STUDIES OF POPULATION IN ITS INTERFACE WITH THE WORLD OF GLOBALISED WORK AND THE TERRITORY**

**Ulysses da Cunha Baggio**

Professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa  
**ulybaggio@ufv.br**

### **RESUMO**

O artigo busca analisar cenários e perspectivas aos estudos sobre a população na sua interface com o mundo do trabalho globalizado e o território, no qual se rediscute o significado de população, aqui encarada no sentido de sociedade, com suas diferenças e conflitos, além dos impactos e condicionantes exercidos pelo mundo do trabalho globalizado, no contexto de formação do mercado mundial e do desenvolvimento de um padrão de acumulação por espoliação.

**Palavras-chave:** população; mundo do trabalho; acumulação por espoliação; território

### **ABSTRACT**

The article seeks to analyze scenarios and prospects for studies on the population in its interface with the world of globalised work and the territory in which it reviews the significance of population, here seen in the direction of society, with their differences and conflicts, and impacts and constraints exercised by world of globalised work, in the context of formation of the world market and the development of a pattern of accumulation by dispossession.

**Key-words:** population; world of work; accumulation by dispossession; territory

### **INTRODUÇÃO E PERSPECTIVA METODOLÓGICA**

O tema da população tem despertado, já há algum tempo, o interesse de estudiosos, pesquisadores, governos e instituições, haja vista que a população remete diretamente aos problemas e questões relativos à sociedade, ainda mais quando se põe em consideração as transformações em curso do mundo globalizado, dentre as quais aquelas que afetam mais diretamente o trabalho e as condições de reprodução social. Nesse sentido, é importante levar-se em consideração o contexto e as condições da mundialização, sobretudo em sua fase mais atual. Sob uma perspectiva econômico-social, ela se traduz como difusão socioterritorial

generalizada da valorização do capital, desencadeando a formação/consolidação de um mercado mundial. Este se afirma como condição maior da concorrência e da competitividade, avançando também com a subversão e à revelia de normatizações.

O espetacular desenvolvimento de novos meios de transporte e comunicações - que se tornaram muito mais rápidos e, de modo geral, mais baratos, impulsionam celeremente o processo produtivo, os fluxos do capital e da informação, bem como a mobilidade territorial da força de trabalho, engendrando reestruturações nos territórios, transformações nos processos de urbanização e, portanto, no processo social (podendo-se destacar aqui as do mundo do trabalho), configurando cenários mais complexos. Concorre, para isso, a transferência geográfica de partes e de segmentos da cadeia produtiva, principalmente aquelas mais intensivas em força de trabalho, para lugares e regiões em que os salários são mais baixos, em que os custos à reprodução do capital sejam menores, nos quais, preferencialmente, não exista organização política dos trabalhadores (para afastar riscos de pressões sociais sobre o capital), legislação ambiental mais relaxada, entre outros atrativos a uma economia em crise e com o capital premido por condições de desvalorização. Inequivocamente, isso acarreta fortes impactos no mundo do trabalho, nas condições de sua realização e, portanto, nos trabalhadores e na vida dessas pessoas, bem como, acrescentemos, até mesmo nas que estão por trabalhar (como os jovens) ou que já trabalharam (mais velhos). Nesse sentido, quaisquer abordagens - no mundo de hoje, sobretudo - em torno das populações, ou melhor, das sociedades na sua diversidade, implica, de uma forma ou de outra, interferências sensíveis dessas variáveis.

Os processos populacionais contemporâneos guardam, portanto, estreitas relações com o desenvolvimento da economia-mundo e, nesse sentido, com o desenvolvimento do mercado mundial, dando-nos um verdadeiro mundo expandido da mercadoria, o qual, por sua generalização e aparatos políticos, técnicos, financeiros e ideológicos, apresenta grande capilaridade nas relações sociais e nos territórios. O que não se confunde com nenhuma espécie de determinismo sobre o social e o espacial, não é disso que se trata, mas de reconhecer o poderio e o alcance que essas forças passaram a ter sobre o processo socioespacial, portanto reconhecendo-se suas determinações nesse processo.

É preciso, pois, se repensar o significado de população, haja vista o fato de ela comparecer, não raro, em textos e discursos como uma abstração, esvaziada do seu conteúdo, prescindindo-lhe, portanto, de classes ou segmentos sociais que lhe conferem concretude, sentido e propriedades distintivas. O que recobre conflitos, desigualdades e diferenças que lhe são inerentes, o que remete, entre outros aspectos, à dimensão existencial, aos dramas e aos

enredos que as recobrem histórica, cotidiana e espacialmente; portanto, situando-se para além de concepções que tomam a população como um recurso (como um instrumento à economia, etc.) e como um problema (o crescimento populacional, a pobreza, etc.). É preciso, pois, conferir-lhe visibilidade distintiva e movimento.

Sob essa perspectiva a população, ou, melhor dizendo, a sociedade e o homem, são pensados e tomados como possibilidades históricas e concretas, compreendendo-os como um processo contraditório que envolve tanto avanços e conquistas, como retrocessos e degradações, tanto ao plano material como não material. Eles são concebidos, assim, como um projeto social, que embora submetidos a múltiplas e crescentes interferências do mercado, da mercadoria e do consumo irrefreável, aprofundando-lhes as contradições, seu significado não se restringe, no entanto, a esses aspectos, pelo qual a ideia de população, bem entendida, não se reduz, do mesmo modo, a uma totalidade numérica e quantitativa, encarada como meros dados estatísticos, o que não significa em desconsideração pelos números e por abordagens de caráter mais propriamente demográfico.

Tomar a população como um processo, sob a perspectiva de um projeto social, implica em levar-se em devida consideração o território, uma vez que transformações mais de fundo da sociedade e do homem não se realizarão a contento à revelia de transformações no próprio território. Transformações que não se limitam, e não se confundem, com modificações tão somente em formas físicas das paisagens, mas, para além delas, envolvendo a consecução de modalidades de uso e apropriação do espaço que sejam mais compatíveis com necessidades e demandas sociais ao menos básicas. Essa ideia comporta, assim, uma dimensão política fundamental, que se coloca no encaixo pela superação de estruturas materiais e institucionais restritivas, o que põe em sintonia com a necessidade de se forjar condições a que as pessoas possam ter maior controle e interferência sobre as condições que mais diretamente afetam suas vidas, o que implica numa atuação mais direta e efetiva na concepção e na elaboração de políticas e projetos de interesse social.

O território representa, assim, um componente inerente e imprescindível à toda e qualquer sociedade, em qualquer tempo ou período da história, e hoje mais do que antes. Constituindo uma unidade dialética entre espaço e sociedade, o território nos fornece espacialidades em movimento, o que nos leva a considerar que as formações territoriais conhecem processos desiguais de apropriação e valorização (não apenas econômica, mas também simbólica), produção e reprodução, sob um movimento desigual que se põe na base de dinâmicas de diferenciação de espaços, engendrando territórios e sociedades que se redefinem e se atualizam sob as novas condições da cultura contemporânea do capitalismo.

As transformações em curso no mundo do trabalho mostram-se fundamentais quanto à forma e ao sentido que sociedade e territórios adquirem na contemporaneidade.

### **Cenários irrequietos e contraditórios da globalização contemporânea**

As transformações que recaem sobre as sociedades e os territórios, sob os vetores da globalização, têm conduzido a uma mudança tanto sobre a concepção como a experiência do tempo e do espaço, sendo essa condição atual mais espacial e, sobretudo, urbana, do que qualquer outra na história. Tal condição se traduz por uma espacialidade mais complexa, recoberta por múltiplas territorialidades, conformando ambientes mais dinâmicos e criativos que propiciam elaborações e irrupções de forças emergentes, que indagam e conflitam com as estruturas de opressão e exploração da globalização mercadológica atual, porém não ainda suficientes para estabelecer profundas transformações da sociedade. Ou seja, se de um lado fortalecem-se as estruturas de poder e controle – mas que não são perfeitas ou plenamente eficazes, como demonstrado no episódio emblemático do “11 de setembro” nos Estados Unidos -, essa condição, contraditoriamente, insufla vetores de liberação, relacionados tanto às novas condições científico-técnicas, que potencializam a política, como às compressões que essas estruturas exercem sobre o trabalho, a reprodução social, o meio ambiente e a vida cotidiana das pessoas.

Eclode, desse modo, uma miríade de movimentos e práticas sociais que sinalizam para um crescimento substancial dos níveis de insatisfação popular, que pressionam o Estado, do mesmo modo que movimentos que comportam um caráter anti-globalização, ou talvez e mais propriamente por uma outra forma de globalização, de orientação mais democrática e feição mais humana, portanto não centralizada no econômico e no valor de troca, como a que está em curso. Há, portanto, uma situação crítica constituída, sob uma atmosfera insinuante de demandas reprimidas e grande descontentamento em relação aos efeitos corrosivos dessa ordem econômico-societal dominante.

Nesse sentido, é sintomática a percepção de que, ao mesmo tempo em que as forças corporativas do capital e seus aparatos midiáticos enaltecem a globalização do capital e do mercado, o trabalho e os trabalhadores - podendo-se destacar aqui a força de trabalho imigrante - se encontram cada vez mais constrangidos e tolhidos pelas estratégias laborais das empresas, submetidos a condições de grande exploração do trabalho, não raro submetidos, em parte significativa, a longas jornadas de trabalho, havendo, ademais, e de forma crescente, o emprego do trabalho escravo, como o que ocorre atualmente com parcelas expressivas de

imigrantes bolivianos no Brasil, mais especificamente em confecções localizadas, principalmente, no centro velho da cidade de São Paulo, mas também em outras localidades. O expediente capitalista de super-exploração da força de trabalho, com o uso do trabalho escravo, ocorre, como se sabe, em diversos lugares do país e do mundo, principalmente em suas periferias, como América Latina, África e porções da Ásia (China, Índia, etc.).

Os exemplos se multiplicam, e remetem à “acumulação primitiva do capital”, que acompanha o processo capitalista, não se restringindo tão somente à sua fase originária ou primeira, mas se reproduzindo, reeditada e atualizada, sobretudo em fases depressivas ou períodos de crise, como a atual. Daí poder-se verificar que a acumulação primitiva opera uma função instrumental e sistêmica ao metabolismo econômico-social do capitalismo ao longo do tempo, não se revelando tão somente como uma etapa necessária à sua emergência, mas situando-se como momento e condição estrutural ao seu desenvolvimento histórico.

Os termos de sua realização, histórica e geograficamente, são marcados por práticas predatórias, privações e expropriações, que conferem ao capitalismo, sobretudo em sua fase atual e mais recente, um caráter espoliativo, espacialmente extensivo e intensivo, que encontra nas ações do Estado seu acólito maior, promovendo condições à acumulação irrefreável do capital (que recobrem o controle do território - que se recrudescer - e da própria vida das pessoas) que não apenas persistem como se redimensionam, sobretudo quanto ao suporte à financeirização da economia, tornada mundializada e de égide financeira (CHASNAIS, 1996).

A contradição estabelecida é tanto mais perversa e cínica quanto irônica, pois aos fluxos do capital transnacional temos a liberdade facilitada - embora também submetidos, em determinadas situações, a mecanismos protecionistas restritivos (sobretudo em relação a fluxos de mercadorias), como o faz Estados Unidos, França etc.. - como vemos, por exemplo, em relação ao capital financeiro; e ao trabalho e aos trabalhadores a condição inversa, de ficarem cativos à sua lógica inflexível, orientada pelo ganho, pelo lucro, a despeito de prejuízos conspícuos a integridade psicológica e física das pessoas, como de resto às suas condições de vida, conferindo-lhes maior vulnerabilidade.

Nesse contexto, os Estados nacionais tornam-se, em larga medida, subalternizados aos ditames do mercado mundial, o que tem conduzido ao comprometimento e ao rebaixamento qualitativo de suas políticas econômico-sociais, compelindo-os, assim, a fazerem concessões regulares aos interesses das grandes empresas, o que vale dizer, aos interesses corporativos. Trata-se de uma nova ordem mundial que se traduz como produto de uma nova forma de soberania, calcada no poderio econômico, no monopólio (envolvendo a alta tecnologia), na ampliação da velocidade e na proliferação da troca de informações à escala global. A forma

política desse estágio atual da globalização capitalista encerra, assim, uma forma diferente de soberania, que não se mostra dependente do Estado-nação como base do seu poder, de modo que nenhum Estado-nação pode operar como o centro do poder, conquanto existam potências que se destacam em seu campo de forças. Sob essa condição, o poder do Estado torna-se tanto limitado quanto condicionado a esses interesses proeminentes, que conformam um sistema de dominação praticamente ilimitado, nos sentidos territorial (pois não tem fronteiras, quase nada lhe escapando), temporal (extensivo e não transicional) e social (busca o controle de toda a vida social, tendo como objeto a própria forma de vida, no sentido do biopoder de Foucault (2000) – que recobre, em linhas gerais, estratégias de controle sobre populações, condicionando modos de pensamento e de comportamento, conduzindo a normatizações de grupos sociais variados).

Desse ponto de vista pode-se reconhecer, até certo ponto e em determinadas circunstâncias, que governos operem sob restrições efetivas, as quais podem ser, e não raro o são, confundidas ou compreendidas como incompetência, inoperância ou algo do tipo, conquanto estes aspectos também sejam reais e marquem suas práticas, mas nem sempre ou necessariamente como emanções originárias ou de fundo. E isso não tem nada que ver com uma defesa incondicional do Estado e das políticas governamentais.

Em décadas passadas, sob a vigência do padrão de acumulação fordista, a globalização em curso apoiava-se numa reprodução expandida ou ampliada do capital, no fundamento dual de uma produção e consumo ambos em massa, na qual a inserção no mercado de trabalho se apresentava como resultado de um pacto entre uma classe trabalhadora politicamente organizada em sindicatos e movimentos, e organizações patronais. Nesses tempos, essas forças políticas do trabalho se mostravam capazes de oferecer resistências e pressões ao capital, de modo a forçar negociações e obter conquistas e concessões importantes, conquanto houvesse maiores regulações sobre o mercado de trabalho e condições favoráveis a uma maior estabilidade no emprego, mantendo-se, de modo geral, posicionadas de forma mais independente em relação à empresa - embora também existissem estratégias de cooptação e de controle do capital sobre a força de trabalho. Além disso, as relações sociais de trabalho tinham na solidariedade e na ajuda mútua valores político-relacionais basilares, que lhes conferiam maior coesão e vigor.

## **O padrão de acumulação por espoliação e o mundo do trabalho: implicações socioterritoriais**

Hoje, sob o desenvolvimento do padrão de acumulação flexível (HARVEY, 1992) – que faz ampliar as possibilidades operacionais do capital em diversos segmentos e instâncias do processo capitalista - que emerge das contradições e do esgotamento do padrão fordista, as estruturas de dominação e de exploração recrudesceram substancialmente seus instrumentos de ação, conferindo maiores poderes ao capital em detrimento do trabalho. Esse novo padrão se traduz, portanto, e mais propriamente, como um padrão de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), tendo a frente os capitais financeiros.

Ele se apresenta, assim, como uma espécie de reino do não trabalho, do trabalho como negatividade, adornado pela ampliação da precarização das condições de trabalho (bastante relacionadas às formas compressivas e inseguras relacionadas à sua organização atual), do desemprego, do avanço tendencial da informalidade e do subemprego - aspectos que segura e comprovadamente têm conduzido a expressões de aviltamento do trabalho e do próprio trabalhador.

Acrescentamos, uma vez mais, que se multiplica o trabalho escravo, tanto no campo (como, por exemplo, no corte da cana-de-açúcar, em carvoarias, olarias, pedreiras, etc.) como na cidade (em confecções, na indústria calçadista, no trabalho doméstico, entre outras), expressões do mundo do trabalho atual que sinalizam para uma verdadeira tragédia social. Nesse sentido, o caráter espoliativo do padrão de acumulação atual se materializa com o recrudescimento das desigualdades, dos conflitos sociais, despossessões diversas e privatizações de bens públicos, recobrando, de forma inequívoca o urbano e a urbanização, mostrando-se como espoliação socioterritorial, acentuando a condição de um urbano como impossibilidade para todos.

Nesse cenário, atenua-se sensivelmente a força da crítica, enfraquecendo-se a solidariedade e a cooperação, ao mesmo tempo em que avançam a fragmentação, o individualismo e a concorrência e, relacionada a esta, a transmutação do concorrente em um inimigo, um estorvo, um problema a ser eliminado por meios os mais diversos, explícitos ou sutis. Talvez pudéssemos asseverar que estamos inseridos numa época, sob certos aspectos, um tanto que amarga, angustiante e sem graça, na qual nos encontramos quase que permanentemente sob riscos, com os entusiasmos e expectativas um tanto que amortecidos, com a guarda mais baixa, com o presente não envolvendo maiores alegrias em sua experiência cotidiana, a não ser como manifestações efêmeras e espetacularizadas. A esperança parece, de

fato, declinar, conquanto os meios técnicos disponíveis no processo social, que tanto servem ao mercado e ao capital, possibilitam e insuflam a inventividade e a experimentação, o que, certamente, relativiza esse aspecto, havendo evidências de novas subjetividades, para além, mas inclusive, das que são invadidas e modelas pelo consumo e, portanto, pelo reino ubíquo da mercadoria. Trata-se de um processo bastante contraditório e ambivalente, que desautoriza interpretações binárias e generalizantes. Esses tempos, no qual as empresas adquirem grande poderio e centralidade nas relações sociais, sob os poderosos tentáculos e condicionantes do capital e dos modos de organização do trabalho - pouco ou nada flexíveis -, parecem sugerir que não há nenhuma novidade genuinamente radical, portanto nenhuma ruptura na ordem do pensável e do prático-sensível.

Mas isso não significa, insistimos, um movimento que se desdobra como um processo fatal e linear. Preenhe de contradições e indeterminações, em essência ele é o próprio processo histórico de produção e humanização do homem, que recobre tanto retrocessos como avanços - estes no sentido de criação de condições e necessidades mais humanizadoras e superiores, recaindo-lhes solicitações mais radicais e imprescindíveis à vida e à existência. Ele não é uma via de mão única.

O curso das compressões cotidianas contemporâneas mantém, assim, estreitas relações com a ampliação das forças de dominação e da exploração do mercado mundializado, sob o crescimento vertiginoso do mundo da mercadoria e, especialmente, dos mercados financeiros à escala global, como atestam o grande desenvolvimento de fundos de pensão, seguros, fundos mútuos, etc.. Os efeitos corrosivos dessas forças nas sociedades e nos territórios têm contribuído, em larga medida, para o crescimento da insegurança, da instabilidade e do medo, correspondendo-lhe espacializações tão evidentes quanto preocupantes. Uma cidade cindida, segregada, com populações acuadas e pressionadas, num cenário marcado pela paranóia, compõe o que se pode qualificar como uma espacialidade bastante tensionada, que, ao plano do urbano, engendra uma genuína arquitetura do medo, na qual vicejam lugares e vizinhanças de pesadelo, ao lado da proliferação de condomínios fechados (horizontais e verticais).

O medo e o pânico que se generalizam, não apenas alimentam negócios crescentes em torno da terra e, mais especificamente, do mercado imobiliário, dando forte impulso a essas formas sob a metáfora da insegurança, como também conduzem ao declínio de ações coletivas e das próprias ideias de coletivo, coletividade e solidariedade, que cada vez mais parecem ceder lugar ao individualismo e a práticas individuais, com as pessoas se isolando em mundos privados, com a vida girando cotidianamente entre e por detrás de muros. Temos que o esvaziamento relacional coletivo esteja sensivelmente atrelado à proliferação dessas formas

urbanas, que inflam e sedimentam o estranhamento e a violência em nossas cidades. É sob essa condição que os condomínios fechados monitorados - genuínas estruturas autistas - e as cidades onde eles se multiplicam passam a ser encarados como condição à qualidade de vida. Uma cidade fraturada e marcadamente segregada torna-se, assim, objeto de interesses crescentes, aspectos que se tornam, praticamente, naturalizados, contando, com a anuência do poder público. Põe-se na ordem do dia o funcionamento da gestão da insegurança, que mobiliza, de forma crescente, um grande número de pessoas em torno de uma estrutura de poder devotada ao gerenciamento da segurança. A esta se vincula outro aspecto preocupante, isto é, a utilização de políticas autoritárias, draconianas, ao controle da insegurança ampliada, submetendo a vida cotidiana a uma condição de acumulação e privação, representando um duro golpe na vida pública e nas relações coletivas.

Avança, portanto, um urbanismo e uma urbanização críticos, cujos contornos e implicações ainda comportam situações imprevistas e temerárias, mas que já sinalizam, sob a ampliação das desigualdades e da violência e insegurança cotidianas, para o enfraquecimento da estabilidade territorial e social das cidades.

Sob a lógica desse padrão de espoliação proliferam formas sociais do trabalho (mas que não se restringem apenas a ele) matizados pela desconfiança generalizada, por comportamentos esquizo-paranóides, pela dissimulação, deslealdade, trazendo prejuízos à saúde do trabalhador - em todos os níveis da pirâmide social -, tais como a proliferação de doenças mentais, que envolvem o sofrimento e desgaste psíquicos, estresse, comportamentos agressivos, além de problemas cardiovasculares, câncer, entre outros.

Esses problemas relacionam-se à transformação progressiva das obrigações normais do trabalho em obrigações de resultados, não raro acolitados com o aumento de avaliações contínuas e individualizadas, somando-se a eles bem os problemas representados pelo acesso à moradia, saúde, educação de qualidade e problemas de mobilidade urbana (que se tornam crescentes, consistindo em outra fonte robusta de estresse na cidade, potencializando as compressões cotidianas).

É um cenário que vem despertando, de forma crescente e preocupante, a atenção de profissionais da área de saúde, estudiosos e pesquisadores, colocando-se no fulcro da evolução do mundo do trabalho na contemporaneidade.

Entretanto, ponderamos que se o trabalho, e as condições em que ele se realiza (especialmente quanto à forma de sua organização, com métodos que aumentam pressões produtivas), expõem essa dimensão perversa, por outro lado ele também nos coloca outros aspectos; ou seja, nem todas as formas de trabalho e suas condições de realização se mostram

nocivas e prejudiciais à saúde e a vida do trabalhador e, nesse sentido, ele também opera colaborativamente como meio terapêutico ao tratamento de problemas psicopatológicos. Portanto, é preciso cautela quanto a certas generalizações em torno da questão, conquanto reconheçamos a predominância de uma condição bastante compressiva e generalizada que avança no mundo inteiro. Desemprego, subemprego, super-exploração da força de trabalho, instabilidade, insegurança, pressões produtivas, entre outros aspectos, têm respondido, em larga medida, pelo incremento de patologias mentais e corporais, aspectos que, invariavelmente, ampliam a alienação do trabalho e do trabalhador, multiplicando formas de estranhamento (entre pessoas e destas para com o trabalho e produtos do trabalho, logo com o próprio espaço – produto do trabalho social). Eles se expressam como negatividades da cultura do capitalismo global.

Mais especificamente, estamos diante do desenvolvimento e da generalização de um assalariado “moderno flexível” extremamente vulnerável aos poderes e interesses oscilantes do capital, assalariado enfraquecido em sua capacidade de ação, que não se mostra mais capaz e em condições de negociar, dispondo seu corpo e mente às demandas da empresa e das exigências da sua gestão.

Segue-se daí o avanço de uma espécie de reino do homem-coisa, tornado uma mercadoria absolutamente descartável. Essa transmutação sociocapitalista implica um enorme desprezo pelos mais velhos, não raro encarados como seres em declínio, mais resistentes aos amoldes dos valores da empresa; mas também, e de forma trágica, de populações mais jovens, dada pela retração da capacidade sua absorção pelo mercado, em que pese o crescimento da população, em termos absolutos, nos últimos 20-25 anos, principalmente.

Esse assalariado moderno será tanto mais útil ao capital quanto mais puder se vender a ele, substituindo projetos pessoais de vida pelos da empresa, conquanto muitos projetos pessoais já, bem cedo, venham se tornando, sob a força de aparatos ideológicos poderosos, projetos de empresa ou de feição empresarial, alçando, por exemplo, a compra de um carro ou a moradia em um condomínio fechado à condição de projetos de vida.

Nesse sentido, pode-se dizer que o desenvolvimento do mercado mundial e a correlata generalização do mundo da mercadoria instauram uma forma de socialização de feição empresarial, que se enreda na tríade alienante da submissão (do trabalho tutelado), do conformismo e da renúncia à crítica, como de resto a qualquer forma de pensamento que se pretenda mais independente ou alternativo. Isso implica no esvaziamento da dimensão social e humana do trabalho, recobrando os produtos do trabalho, aqui incluído o próprio território,

interditando ou perturbando o seu reconhecimento como produtos e formas sociais, obscurecendo-se, assim, os fundamentos sociais do trabalho.

É nesse sentido que o trabalho e as relações sociais do trabalho assumem a forma de relações entre coisas: o que é relação social mostra-se, assim, como relação objetual (PAULO NETTO, 1981). O trabalho e as forças produtivas sob o capital comportam, portanto, inteiramente o sentido do trabalho alienado. Isso nos incita a questionar por que, sob o sistema mundial produtor de mercadorias a crítica teórica e prática ao existente nos da mostras de retração e declínio.

Posta em perspectiva territorial, a acumulação por espoliação em curso tem conduzido a uma crescente concentração da valorização do capital, geograficamente identificáveis, destacando-se os Estados Unidos, Europa, China e porções do Sudeste Asiático, mas também alguns pontos de países e regiões mais empobrecidos, que podem ser qualificados como “ilhas de prosperidade”, espaços que potencializam sensivelmente os níveis da competição internacional, compondo um cenário geoeconômico, com múltiplos núcleos de dinamização do capital, marcado por fortes fluxos de sobre acumulação.

Estes espaços vêm se constituindo historicamente no interior de porções da periferia do sistema-mundo (parcelas da América Latina, Ásia, etc.) com grande utilização e exploração intensiva de uma ingente força de trabalho barata, aspecto que se põe na base de processos de modernização/urbanização que neles têm se realizado. Oferecemos como exemplo o Brasil, com maior destaque ao Centro-Sul, sobressaindo-se a metrópole paulista, entre outras. O Brasil, nas últimas décadas, tem sofrido novas reestruturações e fragmentações, desenhando-se novas centralidades do capital, o que se desenvolve em meio a grandes contrastes/disparidades sociais. Lembremos, a propósito, que as manifestações da pobreza também se fazem presentes, e de forma crescente, em países e regiões mais ricas, inserindo-se neles de forma estrutural, o que tem impulsionado turbulências, tensões sociais e abalos em suas estruturas territoriais. Esse processo, marcadamente fragmentário e desigual, afirma-se como uma tendência mundial.

Esse processo avança, portanto, com o recrudescimento das disparidades regionais, mais especificamente entre regiões perdedoras e ganhadoras do mercado mundial, paralelamente ao aumento das discrepâncias intra-regionais, dando-nos a imagem de um verdadeiro caleidoscópio socioterritorial, no qual territórios e regiões tornam-se precária ou perversamente incluídas nos circuitos de valorização do capital, lançadas numa espécie de limbo da nova ordem capitalista mundial.

## **Mobilidade da força de trabalho, inserção perversa e intolerância**

Indubitavelmente, essa dinâmica de polarização regional e social, potencializada pela globalização em sua fase atual, representa pressões e constrangimentos contínuos no processo de reprodução social e, desse modo, nas condições de vida das pessoas, insuflando, entre outros processos, mobilidades populacionais constantes (migrações) da força de trabalho. As migrações para além de representarem fluxos territoriais de pessoas, recobrem implicações importantes na vida dos migrantes, como, por exemplo, o rompimento de relações nos lugares de origem, desenraizamentos, conflitos, etc. Suas diversas as suas motivações, podendo-se destacar os efeitos da pobreza, da miséria, da opressão, de conflitos armados, desastres ou adversidades ambientais, entre outros, colocando-se no horizonte expectativas quanto à possibilidade de uma vida melhor.

Entretanto, há que se fazerem certas distinções em relação aos migrantes, uma vez que nem todos se enquadram nessa condição, havendo casos, e não tão poucos, de migrantes que partem sob outras razões, não envolvendo, necessariamente, constrangimentos, podendo mesmo apresentar-se como escolhas conscientes e positivas, propiciadoras de melhores condições de vida; ou seja, percursos para os quais a migração não representou ou representa um problema.

Contudo, no contexto mais amplo dessa grande mobilidade populacional - que marca, aliás - mais do que antes - a contemporaneidade, uma vez que praticamente a maioria de nós migra ou já migrou por alguma razão -, observa-se que parcelas expressivas dos migrantes - de modo geral predominantemente pobres - enfrentam, cotidianamente, toda sorte de constrangimentos, preconceitos, exploração e abusos, fomentando hostilizações e intolerâncias.

O problema representado pela intolerância tem alcançado grande projeção e desenvolvimento em diversos lugares do mundo e, de forma crescente, no Brasil, mostrando estreitas relações com as migrações, embora não se restringindo a elas. Umberto Eco nos esclarece que ela opera muitas vezes antes e à revelia de qualquer doutrina, “acionada por pulsões elementares”, apoiadas “em uma intolerância selvagem, impermeável a qualquer crítica” (ECO, 1998, p.114 e 116). E acrescenta:

A intolerância mais tremenda é a dos pobres, que são as primeiras vítimas da diferença. Não há racismo entre os ricos. Os ricos produziram, no máximo, as doutrinas do racismo; mas os pobres produzem sua prática, bem mais perigosa.

[...] Os intelectuais não podem lutar contra a intolerância selvagem, porque diante da animalidade pura, sem pensamento, o pensamento fica desarmado.  
[...] A intolerância selvagem deve ser, portanto, combatida em suas raízes, através de uma educação constante que tenha início na mais tenra infância, antes que possa ser escrita em um livro, e antes que se torne uma casaca comportamental espessa e dura demais (ECO, 1998, p.117).

A intolerância assume, não raro, expressões marcadamente violentas, nas quais seus protagonistas são quase que exclusivamente jovens, revelando um “caráter autista”, ao mesmo passo que certa “incapacidade de distinguir entre destruição e autodestruição”, expondo, nesse sentido, uma espécie de “novo tipo de masculinidade”. Pode-se “chamar sua honra de covardia, embora isso seja uma superestimação”, sendo-lhes “incompreensível” a “mera distinção entre coragem e covardia”, o que constitui “um sinal de autismo e da perda de convicção” (ENZENSBERGER, 1995, p.16 e 17). Seus protagonistas dispensam rituais e se dão de forma independente do Estado (que antes detinha o monopólio da violência, sobretudo em regimes totalitários), para os quais o ódio é sua motivação essencial: “A mínima diferença passa a significar um risco de vida. Todavia, a agressão não é dirigida somente ao outro, mas também à vida desprezível que se leva” (ENZENSBERGER, 1995, p.23).

Sob essa condição de estranhamento e tensão entre as diferenças e o outro, prolifera pelos meandros das cidades uma miríade de situações sócio-existenciais explicitamente sombrias, ultrajantes e temerárias, cuja atmosfera de medo e insegurança desencadeia vetores nefastos de desorganização das relações sociais concretas com o espaço público, que assim vão se degenerando sob riscos iminentes, com distinções e gradações variáveis conforme os lugares, não obstante também conduza ao enfraquecimento da ideia de pertencimento à sociedade e aos lugares, abrindo-se fissuras que afetam a fundo seus significados, esgarçando-se os laços que a definia. Segue-se daí a emergência de novas formas de proximidade, de caráter mais instável e mutante.

Posto que as condições de segurança urbana encontram-se não raro deterioradas, inadequadas ou insuficientes, tais como no Brasil, Argentina, Colômbia, entre outros, produzem-se efeitos deletérios no imaginário das pessoas, efeitos que, na maioria das vezes, não são politicamente controláveis pelo Estado. E é justamente nos setores mais deteriorados do espaço urbano que a delinquência, a criminalidade e as drogas constituem um problema permanente, como bem o demonstram, entre outros casos, as chamadas cracolândias. Daí poder-se compreender que:

Quando, por razões diferentes e fundamentadas de forma desigual, tanto as camadas populares como as médias percebem que o Estado deixou de lhes

dar segurança – a segurança que, por definição, é de sua responsabilidade garantir – debilitam-se os motivos da sensação de pertencimento que, na tradição filosófico-política e seus textos originais, sustentam o contrato de produção do estatal. [...] Essa garantia e a entrega contratual que a torna possível permite que os homens evitem a guerra de todos contra todos, a desconfiança extrema que dá origem à violência, e habilitem-se para viver como membros de um corpo social.

A violência urbana dá a ideia, e impulsiona a experiência, de que o Estado não pode garantir a paz entre os membros da sociedade. A circulação e a venda clandestinas de armas, a debilidade ou a corrupção das forças policiais, a ação desordenada e os excessos da repressão são alguns dos sintomas do naufrágio sofrido por uma sociedade que chega a sentir que o Estado já não a sustenta (SARLO, 2005, p.53 e 54).

Mas é necessário certo cuidado com a ideia de que, nesse cenário, os atores mais empobrecidos se mostrem excluídos da sociedade e, desse modo, do sistema mundial produtor de mercadorias, quando, na realidade, não existe praticamente formas de vida que estejam isoladas ou que possam desenvolver-se de forma autônoma em relação a ele, conquanto se processem uma multiplicidade de relações ou formas de inserção marcadas pela precariedade ou perversidade. Ponderamos que a exclusão, nesse sistema, ocorra, efetivamente, mas de modo a que o excluído seja depois, de algum modo, reincluído (de modo geral, auferindo salários menores ou bem mais abaixo do que antes).

E isso porque o capital produz tendo em vista a venda e o consumo de mercadorias, ainda que esse consumo de dê de forma marginal e, mesmo assim, “esse consumo é essencial à reprodução do sistema econômico” (MARTINS, 2002, p.124). Todavia, não vemos como se poderia afirmar que todos aqueles que foram expurgados dessa economia sejam efetivamente reincorporados depois, havendo evidências que um número crescente de pessoas venha se tornando praticamente excluídas em definitivo da vida econômica – não raro, passando a depender de terceiros, precisando da assistência do Estado, de membros familiares, de amigos ou mesmo buscando refúgio na mendicância; pessoas que, do ponto de vista do capital, já não valeria mais a pena explorá-las (ENZENSBERGER, 1995, p.31).

Para José de Souza Martins o problema estaria mais propriamente relacionado ao fato de que hoje quem se torna excluído, quem perde os meios de sustento (a terra, o trabalho, quer seja no campo ou na cidade) leva mais tempo para ser reincluído (MARTINS, 2002, p.122). De fato, demoras e esperas tornam-se componentes marcantes da condição atual do mundo do trabalho e da reprodução social, aspectos que passam a integrar a sua lógica de realização. A orientação perversa da irrefreável modernização global e do mercado mundial impõe, assim, modalidades igualmente perversas e patológicas de inclusão/reinclusão. Daí a grande

capilaridade do capital no tecido social, que se vale dessa força de trabalho “marginal” à sua reprodução.

Essa dimensão perversa encontra sua melhor tradução no fato de que seres humanos trabalhadores tornam-se hoje seres absolutamente descartáveis, tratados como “coisas” (mercadorias) que, em algum momento ou situação, já não servem para mais nada. Os termos de realização do mercado globalizado, sob a lógica dessa acumulação espoliativa, estabelecem a impossibilidade da absorção de todos no mercado e, desse modo, no urbano, a não ser sob formas degradadas e perversas de inclusão no processo de reprodução ampliada (crescimento) do capital; reprodução essa que, sobretudo nos tempos atuais, coloca o capital sob riscos e situações de desvalorizações, por vezes selvagens, sob as interferências do capital especulativo e fictício, que podem arruinar estratégias de desenvolvimento num dado território, sob demandas por recursos e investimentos. A força de trabalho precariamente inserida nesse processo, não raro se transforma de suas vítimas mais imediatas em suas cúmplices, buscando formas de adaptação a ele, acentuando o traço de sua perversidade, embora se ofereçam também resistências, do mesmo modo que certas estratégias alternativas de sobrevivência cotidiana.

Nesse sentido, estaríamos diante de novas expressões da desigualdade, para além das de classes sociais, mas mais propriamente desigualdades em termos de acesso às oportunidades existentes (ao menos básicas) na sociedade, na economia e nos espaços, o que nos leva a pensar na conformação de uma sociedade constituída basicamente entre os que detêm condições a esse acesso, ou seja, os efetivamente incluídos, e aqueles que estão à margem desse processo - em virtude de privações, insuficiências e carências as mais diversas, que não se restringem, contudo, apenas a bens materiais. Essas diferenças apontam para uma configuração social - logo socioterritorial - na qual vem se processando enrijecimentos sociais (como o demonstram, por exemplo, o avanço de fundamentalismos, a proliferação de condomínios fechados e outras expressões de guetos socioespaciais), que demarcam fronteiras no corpo social e, de forma correlacionada, nos territórios e nos lugares; delimitações que não apenas se situam entre as esferas da riqueza e da pobreza, mas, para além delas, em diferenças de qualidade social entre as pessoas (MARTINS, 2002, p.132), em que pesem as interferências do mercado globalizado e a enorme retração de oportunidades sociais que ele engendra.

Nesse contexto, os incluídos e privilegiados buscam, de forma crescente, refúgio e instalação em arquipélagos de segurança que se espalham pelas cidades, não raro se mostrando como bairros inteiros ou parcelas expressivas deles. Aos que estão precariamente

incluídos ou à margem desse processo sobra a barbárie cotidiana, num contexto marcado por uma miríade de privações e carências que tornam, muitas vezes, suas vidas um fardo, sob instabilidade constante, que, assim, vão perdendo a credibilidade no Estado e na política. Decorre daí, e cada vez mais, formas de se “resolver” as coisas por conta própria, não raro pondo-se em conflito com leis e normatizações do Estado.

Dos segmentos sociais populares às camadas mais ricas da sociedade o que se nos apresenta é a fragmentação do espaço social, proliferando barreiras e fronteiras culturais restritivas e intimidantes pelos territórios, sobretudo nas cidades, exercendo efeitos corrosivos nas relações sociais e na vida pública, que operam como uma espécie de retrovírus da política, sinalizando, nesse sentido, para certa mortificação do espaço e da vida nas cidades. Essa situação reflete, seguramente, a desagregação de uma cultura, que reduz substancialmente o horizonte de expectativas, ampliando insatisfações, desajustes e mal-estares, ao mesmo tempo em que produz efeitos devastadores sobre o pensamento (inclusive, e cada vez mais, nas universidades, privadas e públicas), na política e na vida das pessoas. Não é difícil notarmos que as pessoas, em parte significativa, vão se convertendo ao *business*, ao empreendedorismo mercantil, tornando-se petulantes, esnobes e desprovidos de maiores ambições na vida que não seja uma adaptação eficaz ao “real”, raramente desafiando as prescrições do mercado e o sentido do projeto de modernização desenvolvimentista em curso, o qual, aliás, não deu e continua a não dar - em sua versão mais atual - mostras mais efetivas e convincentes de solução política aos problemas fundamentais de nossos tempos, e, sobretudo, à aqueles que estão “ficando para trás” nesse processo espoliativo, independentemente de onde estejam.

Por razões ecológicas, demográficas e econômicas, o desnível de modernização jamais poderá ser corrigido; pelo contrário, ele aumenta a cada ano. Todos sabem disso, do trabalhador rural “sem terra” e o metalúrgico desempregado ao apático delinquente e o confuso líder de gangue (ENZENSBERGER, 1995, p.30).

Sob a dinâmica expansiva da formação do mercado mundial, e o recrudescimento das contradições, na esfera social e territorial, ampliam-se a “mestiçagem das culturas”, num mundo que está se transformando, a passos rápidos, num grande território de “deslocamentos cruzados”, sob um “clima de grande mobilidade” (ECO, 1998, p.106 e 109), e isso a despeito de oposições ou interditos governamentais ou racistas, que não estão tendo e não continuarão a ter força suficiente para detê-la. Em diversas partes do mundo, como Europa, Estados Unidos e América Latina, entre outras, avança a multirracialidade, fenômeno que está diretamente relacionado à intensificação das migrações contemporâneas, o que

frequentemente envolve aspectos conflituosos, embora não necessariamente. Mas o que se percebe é que o encontro e o confronto entre culturas diversas já expõe tensões de variados matizes, difíceis de serem politicamente eliminados, sobretudo em curto prazo.

Com o crescimento vertiginoso da miscigenação poder-se-ia mesmo imaginar que viesse a ocorrer certa retração dos racistas e dos racismos. Mas, por enquanto, não é isso o que estamos vendo e vivenciando, sobretudo quando o outro, para além de comportar diferenças étnico-culturais, é pobre, de modo geral enfrentando formas brutais de exploração, mesmo porque são, em grande parte, migrantes ilegais, frequentemente descobertos de direitos, banidos de aparatos legais. Ao mesmo tempo, e por contraste, evidências apontam que os mais qualificados ou ricos enfrentam, de modo geral, menor resistência e discriminação. Nesse sentido, o trabalhador migrante torna-se, no território receptor, um concorrente potencial por trabalho em relação às populações dos espaços hospedeiros, contribuindo para rebaixar salários e ganhando até mesmo certa preferência de empregadores gananciosos e sicofantas.

E isso, num contexto econômico em que a oferta de trabalho se retrai substancialmente, como se observa, por exemplo, na Europa, em países como Espanha, França, Alemanha, Inglaterra, Rússia, entre outros. Esse é um componente que nos parece fundamental na explicação dos conflitos inter-étnicos e da violência contra migrantes, embora outros aspectos também concorram nessa situação. Com o aumento da crise econômica ou ainda, da decadência de um capitalismo globalizado, conducente à retração/supressão de direitos sociais dos trabalhadores, compreende-se que as tensões e estranhamentos entre as diferenças recrudescam, havendo, nesse sentido, um aumento significativo de pressões sociais por redistribuição de renda, trabalho e reconhecimento social por parte dos poderes instituídos e da própria sociedade dos países receptores. Parece estar em curso um movimento em direção à formação de uma nova totalidade social, que recobriria encaixes de diferenças e de diferentes numa estrutura socioespacial já existente; mas essa é, indubitavelmente, uma construção difícil, para a qual os processos de desvalorização e dinâmicas espoliativas pesam substancialmente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Temos a convicção de que os aspectos trazidos à tona em torno da análise da população no contexto do mundo do trabalho e do desenvolvimento do mercado mundial, sob a lógica de um padrão de acumulação por espoliação, em sua interface com o território,

revelam-se fundamentais aos estudos e pesquisas em torno das geografias da contemporaneidade e, desse modo, das formas e do sentido que adquirem os territórios, a urbanização e o processo social. Do entendimento mais a fundo desse cenário e seus delineamentos, dependerão teorias sociais e socioterritoriais que se pretendam mais consequentes. Isso implica em que se tenha clareza quanto ao fato de que, politicamente, nossos problemas mais imperiosos não encontrarão resolução efetiva nos limites estreitos de um pensamento centrado exclusivamente no mercado e nas ideias do mercado, sob a prepotência de suas regras e sua potência expansiva sem precedentes.

A difusão dos meios de comunicação articula os espaços rurais e agrícolas à mesma dinâmica informacional e cultural das cidades, ao mesmo passo em que se fragmentam as relações no espaço urbano, como bem o revela a proliferação de condomínios fechados e de formas urbanas da pobreza (como favelas) - em parte significativa sob as interferências e mesmo dominação do narcotráfico. O avanço dessas formas contraditórias parece mesmo estar estreitamente relacionado com o problema representando pelo vertiginoso aumento da violência nas cidades, daí preocupações e apreensões crescentes em torno da questão da segurança. Muros altos, cercas eletrificadas, rolos de fios cortantes, arame farpado, cacos de vidro, pontas metálicas, adornam as fronteiras concretas da insegurança e da segregação, conferindo expressões sombrias à cidade e ao urbano.

Tudo leva a crer que esses cenários socioterritoriais insuflam e estabelecem certo declínio de ações e projetos coletivos na sociedade, comprimindo e degenerando a esfera pública, acompanhada por certo abandono do respeito e do reconhecimento pelos direitos do Outro, o que contribui para aumentar os níveis de infelicidade e mal-estar na sociedade e na cidade. Revogam-se, assim, praticamente comportamentos e atitudes cívicos, imprescindíveis à vida e à convivência social nos lugares, notadamente nos ambientes urbanos.

Os efeitos degenerativos desse processo não devem ser mascarados, descartados ou minimizados nas abordagens em torno dos estudos da população e as formas de organização do território, estando elas bastante condicionadas aos rumos do mundo do trabalho, sob os vetores de uma lógica espoliativa. Posto que as pressões concorrenciais do mercado mundial bem como nos mercados “nacionais” recrudescem sob esse padrão de acumulação por espoliação, são ainda modestas as evidências que possam representar rupturas ou limites mais eficazes à forma de socialização capitalista e seus constrangimentos e distorções, que possam, enfim, mostrar-se como efetivas potencialidades de emancipação dessa condição espoliativa, coercitiva e destrutiva do mercado, da forma social da mercadoria e da lógica da valorização. Pressionando extratos sociais diversos, entendemos que mereça especial atenção a situação

que envolve, sobretudo, os mais jovens, que comporão as sociedades e os territórios do amanhã.

De qualquer modo, compreendemos que essa condição aponta para estratégias reativas alternativas, mais orientadas ao atendimento de demandas e necessidades mais vitais das pessoas, para as quais as práticas cooperativas de caráter autogestionário têm o que dizer e propor. Pode-se pensar, nessa direção, quanto a uma possível re-humanização do homem, no sentido de uma outra forma social não calcada apenas ou exclusivamente no mercado e nas ideias do mercado. Resta saber se essa orientação ou novo projeto social teria condições mais efetivas de se resguardar das interferências do mercado e do capital, de modo a assegurar o seu caráter original.

## REFERÊNCIAS

CHASNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

ECO, Umberto. As migrações, a tolerância e o intolerável. In: **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Record, 1998. p.103-124.

ENZENSBERGER, Hans M. **Guerra civil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

MARTINS, José de S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

Recebido para publicação em 02/06/2014  
Aceito para publicação em 28/07/2014